

# SOCIEDADES CABOCLAS AMAZÔNICAS: MODERNIDADE E INVISIBILIDADE\*

ANDRÉA LEME DA SILVA<sup>1</sup>

*Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade* vem, finalmente, brindar-nos com uma merecida homenagem a esse tão amplo quanto diverso contingente humano da floresta amazônica. Os autores, através de uma coletânea diversificada de estudos sobre antropologia, história, ecologia, nutrição e saúde, convidam o leitor a uma profunda reflexão sobre os complexos processos históricos de formação da cultura cabocla, bem como sobre os contextos contemporâneos ambientais, sociais e políticos nos quais essas populações estão inseridas.

Na primeira seção do livro *Identidade, história e sociedade*, Stephen Nugent discute como, por serem dificilmente enquadradas nos referenciais antropológicos e no arquétipo indígena do “bom selvagem”, as sociedades camponesas amazônicas têm sido ora renegadas (e, portanto, tratadas como invisíveis) ora retratadas pela literatura antropológica clássica como uma distorção das sociedades locais (indígenas). Outros fatores, como a complexidade da continuidade histórica e cultural das identidades indígena e cabocla (essencialismo *versus* hibridismo), o tratamento ambíguo da ideologia racial brasileira com relação às populações mestiças, a naturalização ideológica, a a-historicidade que tipifica grande parte da produção antropológica sobre as populações amazônicas e, finalmente, a marginalização da economia dos povos da floresta em relação ao desenvolvimento econômico nacional, têm contribuído para o tardio reconhecimento desse importante componente demográfico da floresta amazônica. Assim, a invisibilidade sócio-política das populações caboclas tem sido um entrave para o seu reconhecimento como legítimas herdeiras das florestas em que habitam.

Assim, em uma discussão mais pontual, William Balée discute as influências da colonização européia e da penetração do sistema mercantil sobre a alteração do vocabulário nativo. O autor exemplifica como as denominações e conceitos do cacau foram transformados nas línguas indígenas à medida em que cresceu a sua importância econômica como produto de exportação no século XVII, demonstrando o impacto histórico-ecológico dessa transformação na economia e na formação de uma cultura mestiça pan-amazônica.

---

\*ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (Orgs.). 2006. São Paulo: FAPESP, Ed. Annablume.

<sup>1</sup>Ecologia, Universidade Estadual Paulista – UNESP Rio Claro, Rio Claro, SP, Brasil.

**Autor para correspondência:** Andréa Leme da Silva, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Rua Madalena Barbosa Ferreira, 281, CEP 13096-430, Campinas - SP, Brasil. E-mail: andreale@unicamp.br

Recebido: 18/8/2008. Aceito: 17/9/2008.

Na seqüência, Décio Guzmán analisa o processo de mestiçagem no rio Negro, durante os séculos XVIII e XIX. O autor concentra-se nas políticas de casamento interraciais, prescritas pela Coroa Portuguesa como estratégia geopolítica e econômica dos colonizadores europeus. A partir daí, o autor questiona as premissas teóricas da ecologia cultural de população natural, a qual tem adiado a compreensão dessas sociedades como produto de transformações históricas movidas por tensões internas e externas.

Como colocado por Mark Harris, no capítulo posterior, as sociedades caboclas são paradoxais, repletas de ambivalências e difíceis de serem descritas ou categorizadas. São cosmopolitas, mas regionais, diversas, mas peculiares, tradicionais, mas modernas. Nascidas de um cenário de colapso cultural em meio a uma economia mercantilista, essas sociedades tiveram rápida assimilação de novas oportunidades no repertório econômico. Tal adaptação dinâmica às condições político-econômicas instáveis revela sua grande resiliência e flexibilidade social. A história mostra-nos, assim, como essas populações sobreviveram, adaptaram-se, recriaram-se e reinventaram-se, mesmo em períodos de crise, como o pós-*boom* da borracha.

Assim, a conceituação da identidade cabocla, apresentada na visão desses diferentes autores, mostra como a diversidade e a complexidade dos contextos sócio-culturais dificultam o seu enquadramento em uma unidade identitária. Isso porque a formação da identidade cabocla tem lugar mais nas externalidades (desde o mercantilismo até as transformações econômicas globais) do que nas continuidades locais (como em relação às populações indígenas). Como colocado por Mark Harris, os caboclos não têm um passado colonial triunfante para invocar, sentem-se distantes dos centros de poder e estão inseridos em um contexto de mudanças históricas atuais no âmbito dos sistemas político-econômicos globais. Existem continuidades e convergências, assim como descontinuidades e divergências, e o que caracteriza essas sociedades é a capacidade de negociar e buscar oportunidades no presente. A identidade ribeirinha é, assim, o produto do que eles são no presente ou foram em um passado recente (trata-se, portanto, de um presente ambivalente).

Na seção *Sustentabilidade e Políticas de Desenvolvimento*, Henry Barretto Filho traz uma discussão sobre a permanência ou não de populações humanas em unidades de proteção integral. O autor aborda a dificuldade em se definir e caracterizar os povos tradicionais, bem como em se formular uma resposta científica para a permanência ou não dessas populações em áreas protegidas na Amazônia. Na seqüência, Deborah de Magalhães Lima trata especificamente da economia doméstica das famílias da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá, no alto curso do rio Amazonas. A autora demonstra que os desempenhos microeconômicos entre as famílias variam em função da disponibilidade e do acesso aos recursos naturais, dos ciclos anuais de produção, da proximidade aos mercados urbanos, do grau de dependência de trocas com os patrões e do acesso a salários públicos. Sua análise comparativa mostra que as famílias de Mamirauá estão mais próximas a um limite inferior de renda em relação às populações de fora da reserva. A autora conclui que o tão aclamado “desenvolvimento sustentável”, ademais de sua indeterminação conceitual, mascara a desigualdade social dessas populações.

Fabio de Castro, através da análise da diversidade das estratégias econômicas de uso de recursos, aborda as especificidades sociais e ecológicas existentes entre unidades

familiares do médio e do baixo curso do rio Amazonas. O autor demonstra que a economia cabocla baseia-se na combinação do uso de diferentes recursos (pesca, agricultura, criação de gado e trabalho assalariado), cuja relação dinâmica oscila entre especialização e generalização, de acordo com as oportunidades e restrições ambientais e econômicas.

Aspectos importantes levantados nessa seção (e retomados na próxima) são os papéis da rede de relações sociais nas estratégias de adaptação aos diferentes sistemas naturais e, de forma subjacente, da identidade presente nas representações desses grupos sociais. Dessa forma, os aspectos socioculturais (como as relações de parentesco, compadrio, vizinhança, o poder político local, etc.), bem como ambientais (a sazonalidade, a distribuição espacial do recurso, dentre outros) são fatores fundamentais para se entender as diversas formas de apropriação e utilização dos recursos naturais e de acesso aos mesmos. Ainda, as conexões sociais entre campo e cidade são muito mais fluidas e contínuas do que um sistema supostamente compartimentalizado.

Na seção *Manejo de Floresta*, Eduardo Brondízio demonstra, em contraposição à interpretação errônea e depreciativa tecida sobre os caboclos e colonos amazônicos, a importância da produção agrícola dos pequenos produtores rurais na economia regional amazônica. Os padrões de uso da terra são embasados em atividades intensivas e extensivas que minimizam os riscos e garantem a consolidação de propriedades rurais. Ademais, os dois grupos estão ativamente engajados na economia regional, respondendo criativamente aos incentivos de mercado. O autor sugere a redefinição de uma identidade sócio-econômica mais positiva para essas populações, como pequenos produtores rurais, a fim de se superar preconceitos incorporados pela sociedade regional e nacional quanto a tais sistemas de produção.

Na seqüência da mesma seção, Célia Fudemma discute os arranjos institucionais locais com relação ao acesso e ao uso de recursos entre os pequenos produtores rurais de Patos, no baixo curso do rio Amazonas. A autora enfatiza o papel chave das relações sociais embasadas no parentesco e na vizinhança, demonstrando como a sobreposição de instituições locais e formais (como a privatização de terras) acomoda a diversidade social, cultural e paisagística, minimizando as desigualdades econômicas dentro da comunidade.

Na seção *Gênero e Vida Cotidiana*, Andréa Siqueira apresenta o relato etnográfico sobre as relações de gênero em cinco unidades domésticas na região de Ponta de Pedras, na Ilha de Marajó (Pará). A autora conclui que o grau de poder das mulheres na tomada de decisões é influenciado por fatores como: tipo de direito que estas têm sobre a posse da terra, contribuição econômica efetiva na renda e grau de educação formal. Nesses arranjos, os processos de tomada de decisão podem ser mais centralizados na figura masculina ou compartilhados entre o casal. Ainda buscando entender o papel da mulher na sociedade cabocla, Rui Murrieta e Antoinette WinklerPrins trazem uma detalhada análise etnográfica sobre as motivações presentes no cultivo de jardins e quintais na Ilha de Ituqui, no baixo curso do rio Amazonas. Os autores demonstram como as práticas de cultivo dessas mulheres constituem um produto intrincado de motivações sociais, ecológicas, econômicas e emocionais. A partir do questionamento sobre a dicotomia entre estudos ecológico-econômicos e sócio-culturais, os autores sugerem a necessidade de uma maior integração dessas duas áreas de conhecimento.

Na seção *Dieta e Saúde*, Cristina Adams, Rui Murrieta e colaboradores demonstram a influência de vários fatores locais (como, por exemplo, ambientais, históricos, econômicos e sociais) na variabilidade de ingestão alimentar dos caboclos amazônicos. Os autores discutem ainda as implicações antropológicas da ubiqüidade e da longevidade histórica do peixe e da farinha como sustentáculos da subsistência ribeirinha. Na mesma seção, Hilton Silva demonstra como os elevados níveis de subnutrição e de infestação parasitológicas contribuem para ou se beneficiam da invisibilidade política dos caboclos, apontando para a necessidade de políticas públicas integradas e participativas que estejam voltadas para a melhoria da qualidade de vida dessas populações.

Finalmente, um dos grandes legados deste livro reside em desmistificar os diversos pressupostos generalistas construídos sobre as sociedades caboclas. Não há uma cultura cabocla, mas diversas culturas, histórias, identidades - e o seu reducionismo pode implicar a perda do mais importante aspecto na análise desses sujeitos: a diversidade. Assim, a visibilidade dos caboclos deve acontecer justamente pelo reconhecimento da sua diversidade sociocultural.